



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

O Processo de Implantação do Campus Sede da Universidade Estadual de Maringá: Documentação e Crítica

*The Implantation Process of Universidade Estadual de Maringá's Main Campus:
Documentation and Review*

*El proceso de Implementación del Campus Sede de la Universidade Estadual de
Maringá: Documentación y Crítica*

AMARÃES, Thaís Kawamoto (1);

SILVA, Ricardo Dias (2)

(1) Mestranda, Universidade Estadual de Maringá, UEM, PPU, Maringá, PR, Brasil; email: tkamaraes@gmail.com

(2) Professor Doutor, Universidade Estadual de Maringá, UEM, PPU, Maringá, PR, Brasil; email: rdsilva@uem.br

O Processo de Implantação do Campus Sede da Universidade Estadual de Maringá: Documentação e Crítica

The Implantation Process of Universidade Estadual de Maringá's Main Campus: Documentation and Review

El proceso de Implementación del Campus Sede de la Universidade Estadual de Maringá: Documentación y Crítica

RESUMO

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi criada sob o regime de Fundação no ano de 1969, seguindo uma política de expansão e interiorização do ensino superior no Paraná. No âmbito nacional, se deu no momento histórico em que se implantava uma nova estrutura nas instituições de ensino superior, influenciadas pela Reforma Universitária de 1968. O presente artigo apresenta o processo de desenvolvimento e materialização do campus sede da UEM e uma reflexão a partir da visita a documentos oficiais. São levantados referenciais teóricos e possíveis influências que justifiquem a metodologia utilizada tanto pelos arquitetos contratados para elaboração do projeto quanto pela Comissão de Planejamento instituída pela UEM. O resultado deste trabalho contribuirá para pesquisas em andamento sobre o desenvolvimento de projetos de Campi Universitários no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: campus universitário, metodologias de projeto, desenho urbano

ABSTRACT

The Universidade Estadual de Maringá (UEM) was created under the Foundation scheme in 1969, following a policy of expansion and internalization of higher education in Paraná- Brazil. Nationally, it took place at the historical moment in with it was implementing a new structure in higher educations institutions, influenced by the University Reform of 1968. This paper presents the development process and materialization of UEM's main campus and a reflection from the survey of official documents. Theoretical frameworks and possible influences, justifying the methodology used by both architects hired to design of the project and by the Planning Comission established by UEM, are raised. The result of this paper will contribute to research in progress about development of projects of University Campuses in Brazil.

KEY-WORDS: university campus, design methodologies, urban design

RESUMEN

La Universidade Estadual de Maringá (UEM) se creó bajo régimen de fundación en el año de 1969, siguiendo una política de expansión e internalización de la educación superior en Paraná- Brasil. A nivel nacional, se llevó a cabo en el momento histórico en el que se estaba llevando una nueva estructura en las instituciones de educación superior, influenciadas por la Reforma Universitaria de 1968. Este artículo presenta el proceso de desarrollo y materilización del campus de la sede de la UEM y un reflejo a una visita a documentos oficiales. Se plantean los marcos teóricos y las posibles influencias que justifican la metodología utilizada por los arquitectos contratados para el diseño del proyecto así como por la Comisión de Planificación establecida por la UEM. El resultado de este trabajo contribuirá a la investigación en curso sobre el desarrollo de proyectos de Campus Universitarios en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: campus universitario, metodologías de proyecto, diseño urbano



1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os Campi Universitários nascem de uma variação do modelo norte americano (VASCONCELLOS, 1984), com uma proposta de isolamento e reclusão, o campus como espaço isolado da cidade. As primeiras instituições universitárias, no entanto, foram criadas a partir da justaposição de Escolas e Faculdades já existentes, caso da Universidade do Rio de Janeiro (1920), Universidade de Minas Gerais (1927) e Universidade de São Paulo (1934) implantadas em edifícios isolados na cidade, sendo posteriormente acomodadas também em áreas específicas para a realização do ensino de nível superior e para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica (PINTO e BUFFA, 2009)

A partir do Estado Novo as universidades passam a ser vistas como instrumentos de desenvolvimento do país e apresentam uma nova forma de organização espacial, tendo como referência este modelo de cidade universitária que teve como inspiração a Universidade de Virgínia- EUA (OLIVEIRA, 2006).

No Brasil a Reforma Universitária de 1968 foi decisiva para consolidação do modelo norte americano. Naquele momento buscava-se uma universidade funcional, voltada às necessidades técnicas do desenvolvimento e do mercado de trabalho e a consagração de alguns princípios organizativos. Para orientar este processo foram publicados o Manual do Planejamento Integral de Campus Universitário, de Rudolph Atcon de 1966 e o Relatório Meira Mattos de 1968 (PINTO e BUFFA, 2009).

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado que investiga a metodologia envolvida na implantação dos primeiros campi de universidade pública no estado do Paraná, justamente neste período de transição do modelo nacional de universidade. Tem por objetivo, num primeiro momento, o compromisso de documentar e interpretar o surgimento do campus sede da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná.

A metodologia utilizada para esta investigação consistiu no levantamento de documentos oficiais da própria instituição, entre os anos de 1976 e 2013, referentes à implantação de um Projeto Piloto para o campus, bem como a sistematização e análise dos mesmos.

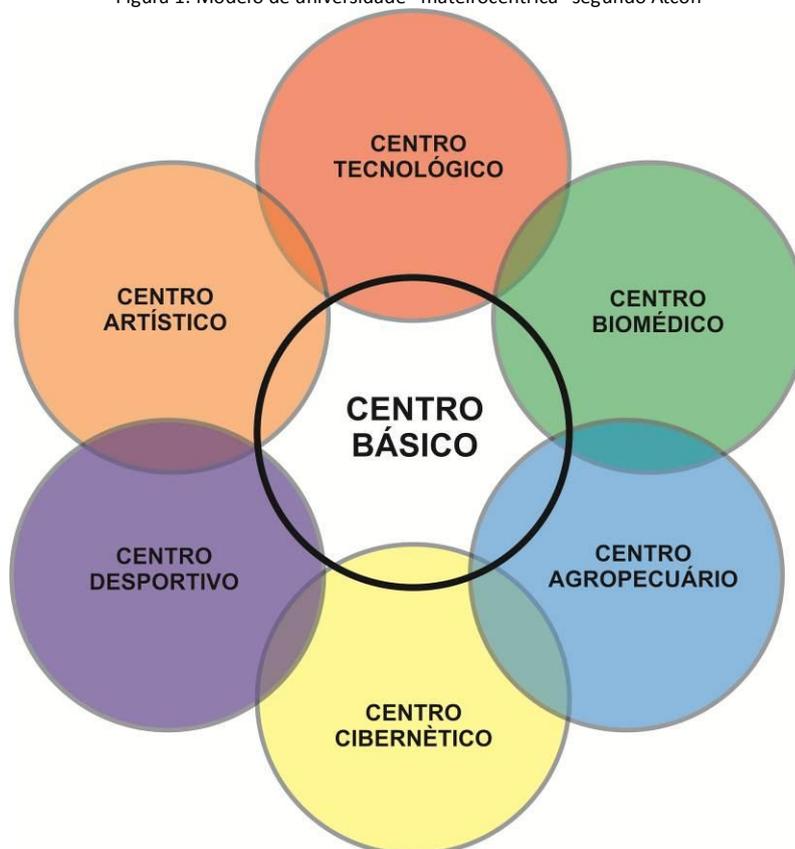
2 DESENVOLVIMENTO

O CENÁRIO BRASILEIRO PÓS REFORMA UNIVERSITÁRIA

A Lei nº 5.540/68, conhecida como Lei da Reforma Universitária trouxe algumas disposições que alteram a configuração das universidades, entre elas a transição de um modelo “carreirocêntrico” para um “mateirocêntrico”, como fora apresentado por Rudolph Atcon em seu Manual do Planejamento Integral de Campus Universitário.

Esta nova estruturação é feita em decorrência de campos do conhecimento e não em função dos cursos oferecidos. Os campos de conhecimento são organizados em departamentos, que de acordo com a Lei nº 5.540/68, consistem na menor fração administrativa da estrutura universitária e quando agrupados, por sua vez, formam centros de ensino. Esta organização permite uma maior interação entre os setores da instituição, sendo possível alcançar uma universidade unificada em uma única estrutura (Figura 1), tanto academicamente quanto no que diz respeito às questões administrativas. Além disso, com esta nova organização é possível fazer melhor uso dos recursos, muitas vezes escassos nas universidades.

Figura 1: Modelo de universidade “mateirocêntrica” segundo Atcon



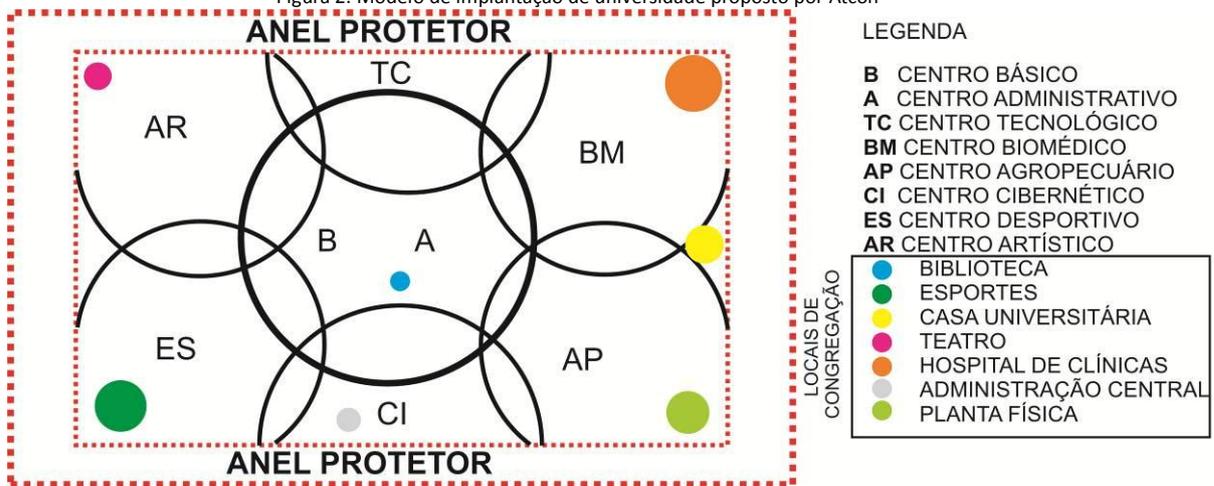
Fonte: Autores, 2014.

Outras considerações feitas por Atcon e que eram vigentes neste período, diziam respeito ao zoneamento do campus universitário. Para este a setorização da Universidade é uma maneira encontrada para otimizar o espaço da instituição e promover uma nova estrutura administrativa universitária, focando no rendimento e na eficiência, como se a universidade fosse uma unidade empresarial.

Atcon (1970) pregava a criação de um anel protetor, que além de explicitar os limites da universidade, também tem o dever de isolá-la de possíveis vizinhanças indesejáveis, que poderiam vir a atrapalhar o rendimento dentro do território acadêmico. Outra questão defendida pelo consultor era a horizontalidade das edificações, uma vez que estas são mais econômicas e os terrenos para a construção, no Brasil, seriam amplos e de baixo custo, características que atualmente não se repetem, já que nos grandes centros o valor da terra é cada dia mais alto e a verticalização se torna a alternativa mais viável. Com relação à orientação, era recomendado que a direção solar e dos ventos dominantes sempre fossem respeitados de maneira a evitar a luz e o calor em excesso nas salas de aula.

Para a locação dos setores universitários é apontada a preocupação com a interdependência entre alguns setores acadêmicos, tais sobreposições devem ser respeitadas para aproveitamento máximo das instalações. São propostos oito setores: setor biomédico, setor esportivo, setor agropecuário, setor cibernético, setor artístico, setor tecnológico, setor básico e setor administrativo, cada um ocupando uma posição, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2: Modelo de implantação de universidade proposto por Atcon



Fonte: Autores, 2014.

O CENÁRIO UNIVERSITÁRIO NO PARANÁ

Desde a década de 1950 o interior do Paraná pleiteava uma universidade, que até então era uma exclusividade da cidade de Curitiba. No início de 1969 foi elaborado um anteprojeto de lei para a implantação de universidades em Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Cascavel. Enviado à Brasília o anteprojeto foi analisado por uma comissão que desaprovou apenas a criação da Universidade de Cascavel, que na época não oferecia as condições físicas necessárias à sua implantação. Após quase um ano de reuniões e ajustes nos projetos, em novembro de 1969 foi sancionada a Lei nº 6.034 que autorizou o Poder Executivo a criar, no regime de fundação, as Universidades Estaduais de Londrina (UEL), Ponta Grossa (UEPG) e Maringá (UEM) (OLIVEIRA, 2006).

A criação destas três instituições seguiu uma política de expansão do ensino superior para o interior do Estado. No âmbito regional este momento correspondia a uma fase de transformações econômicas no interior do Paraná, enquanto no cenário nacional, a criação destas universidades se deu no momento histórico em que se implantava uma nova estrutura nas instituições de ensino superior, influenciadas pela Reforma Universitária de 1968 (Figura 3).

Figura 3: Evolução dos modelos de universidade



Fonte: Autores, 2014.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ- CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Município de Maringá, localizado na porção norte central do estado do Paraná, foi fundado em 1947 e contou com prévio planejamento espacial. Segundo Rego (2009), tal implantação foi realizada com base nos alicerces britânicos. A companhia Paraná Plantations Ltd. era a responsável por uma área com cerca de um milhão e duzentos mil hectares nesta região. O projeto inicial da cidade não estabelecia uma área específica para a implantação de instituições de ensino superior.

Segundo Melo (2001) a área adotada para a criação da Universidade Estadual de Maringá foi escolhida por uma comissão, sendo previsto inicialmente quase 207 ha, pouco mais de 40% do que é proposto por Atcon (1974), que era a de 500 ha. Esta área encontrava-se localizada na porção norte da cidade, naquela época um espaço isolado da malha urbana. Inicialmente denominada Fundação Universidade Estadual de Maringá, foi criada no ano de 1969 e seu primeiro plano piloto, elaborado em 1970, teve como autores os arquitetos Domingos Henrique Bongestabs, Jaime Lerner e Marcos Prado.

Porém, este plano foi recusado e as atividades acadêmicas e administrativas operavam em edificações de caráter provisório e apenas em 1977, um ano após o reconhecimento da Universidade, foi realizado um segundo projeto sob a orientação da mesma equipe de arquitetos (MELO, 2001).

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ- O PROCESSO DO PLANO PILOTO

Os documentos analisados neste artigo encontram-se no Processo 1.339, aberto em dezembro de 1976, intitulado “Plano Piloto do Campus Universitário – Plano Diretor- Ante-projeto e Projetos definitivos”, e o Processo 8.923, aberto em agosto de 2011, intitulado “Plano Diretor do Campus Sede da UEM”.

A implantação do campus sede da Universidade Estadual de Maringá é marcada por diversas etapas em um processo longo, assim como o de grande parte das universidades da época. São vários os relatórios e estudos a respeito de qual a melhor solução para se implantar o campus, porém não é clara a metodologia que arquitetos e comissão de planejamento adotaram.

O projeto inicial fora recusado, em virtude do alto custo de sua execução, e em 1976 a Comissão de Planejamento, que havia sido instituída um ano antes, apresentou um relatório contendo quatro possíveis alternativas diante deste impasse: a primeira delas era de apenas reajustar a proposta dos arquitetos Domingos Bongestabs, Jaime Lerner e Marcos Prado; a segunda propunha a elaboração de um novo projeto, executado pelos profissionais de engenharia da própria instituição; a terceira seria a contratação de um novo projeto, pela mesma equipe de arquitetos já citados; e a quarta, e mais radical proposta, previa a elaboração de um novo projeto, porém em outro terreno, com forma geométrica mais adequada e menores declives.

A universidade optou pela terceira opção, consultando o Tribunal de Contas do Estado do Paraná verificou que não era necessária abertura de um novo processo licitatório, ficando a cargo da própria UEM definir o que lhe era mais conveniente, abrir nova licitação ou fazer uma contratação direta. No dia 15 de fevereiro de 1977 a instituição fechou contrato com o escritório dos arquitetos Bongestabs, Lerner e Prado.

Para orientar o trabalho dos arquitetos, a Comissão de Planejamento da UEM elaborou um material explicativo, contendo informações preliminares a respeito da filosofia da instituição



com relação ao campus, a estrutura da universidade e as necessidades imediatas, enfim, um documento que serviria de guia para o planejamento do campus.

Uma das questões abordada neste documento enviado à equipe de arquitetos dizia respeito a alguns requisitos que deveriam ser observados para a elaboração do plano inicial, existiam algumas limitações, entre elas a escassez de recursos financeiros, limitação da área disponível para o campus, a topografia do terreno, que era bastante acentuada e os principais acessos viários que eram pré-definidos pelo próprio Município de Maringá. A Comissão de Planejamento da UEM estabelece que o sistema construtivo utilizado deveria ser em concreto, com forros-laje, e a tipologia adotaria aberturas amplas para iluminação e ventilação natural, simplicidade arquitetônica e baixo custo de manutenção. Ao final destas determinações o relatório sugere que seja consultado um material referente ao planejamento físico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulado “Metodologia para o Planejamento Físico de Campus/Aspectos”.

Ainda anexo a este documento é apresentada a estrutura da UEM, que na época contava com 21 cursos de graduação, e o organograma da instituição, seguido da previsão de oferta de vagas e as necessidades espaciais para atender esta demanda. A Comissão definiu como número ideal de alunos 20 para aulas práticas e 40 para aulas teóricas, com a divisão das disciplinas ofertadas por cada curso de acordo com o centro correspondente. Assim, foi possível estimar o número de salas de aula mínimo necessárias por centro, sendo em média 30 salas de aula para cada um.

No dia 23 de junho de 1977 a equipe de arquitetos contratada fez a entrega do material chamado definitivo, composto por um volume de Metodologia, um volume de Memorial, sobre os quais pouco se sabe a respeito, uma vez que não constam anexos ao processo, e onze pranchas de desenho. O partido arquitetônico é definido por uma malha triangular, de módulo correspondente a 60 m x 15 m, que são representados nas pranchas, as quais continham plano geral, zoneamento, sistema viário, necessidades da época, equipamentos, tipologias, instalações e plantas de todos os pavimentos de pavilhões didáticos e demais edificações.

O material entregue foi analisado pela Comissão no documento chamado “Análise do Plano Piloto” de agosto de 1977. Em resposta ao relatório da Comissão, a equipe de arquitetos fez algumas alterações sugeridas e justificou, através de carta, a manutenção de alguns pontos.

No final de agosto de 1977 a Comissão emitiu mais um documento, fazendo a ponderação entre as justificativas apresentadas pelos arquitetos e a opinião dos membros da Comissão a respeito dos itens que ainda continuavam pendentes. Em novembro de 1977, através da Resolução nº 62/77-CAD, são aprovadas as primeiras alterações ao Plano Piloto da UEM, com base no relatório emitido três meses antes, pela Comissão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO PILOTO

O projeto do Plano Piloto para a Universidade Estadual de Maringá apresentava uma setorização bem definida, com suas edificações dispostas de acordo com a malha triangular, respeitando a modulação, inicialmente proposta de 90 m x 15 m, mas alterados para 60 m x 15 m, diminuindo assim a circulação dentro das edificações. Esta modulação permitia abrigar 12 salas de aula por pavimento, sendo então uma média de 36 salas de aula por pavilhão, a área delimitada pela união de tais pavilhões configuraria um auditório, que acaba tornando-se o elemento articulador desta configuração hexagonal (Figura 4).

Figura 5: Planta de implantação- UFMG



Fonte: Maciel, 2011.

Na UFMG os pavilhões e as circulações verticais são compostos por unidades construtivas distintas (Figura 6). O espaço gerado pela união entre quatro pavilhões, os quais apresentam térreo livre de construção, abriga um auditório, assim como é proposto oito anos mais tarde para a implantação do campus da UEM.

Figura 6: Planta dos pavilhões didáticos-UFMG



Fonte: Maciel, 2011.

O zoneamento sugerido pela equipe de arquitetos contratados pela UEM previa que espaços como administração, biblioteca e restaurante ficassem numa mesma região, em uma tentativa de permitir uma integração alunos-professores-técnicos universitários.

Outros espaços de encontro propostos no Plano Piloto são uma Concha Acústica, os jardins dos pátios internos e também duas grandes áreas sugeridas como áreas de amenização e lazer, uma próxima ao córrego e a outra próxima a administração e serviços, com a intenção de atender tanto funcionários quanto estudantes. Há ainda na porção leste uma área reservada para habitação estudantil que, no entanto, nunca foi construída nesta localidade (Figura 7).

Atcon (1970), porém, propunha que os espaços de convívio e encontro em campi universitários estivessem distribuídos por todo o território, atendendo todos os frequentadores do mesmo. O que se nota no projeto para UEM é que estes espaços se encontram em regiões periféricas, talvez em uma tentativa de integrar universidade e cidade, porém acaba por gerar menor uso por parte dos estudantes em seu dia-a-dia, se comparado com a proposta de Atcon de locar estes espaços em áreas que façam parte da passagem diária dos alunos.

Figura 7: Planta de setorização-UEM



LEGENDA

- BIBLIOTECA
- CAPELA
- AUDITÓRIO
- RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
- CONCHA ACÚSTICA
- AUDITÓRIO DOS CENTROS

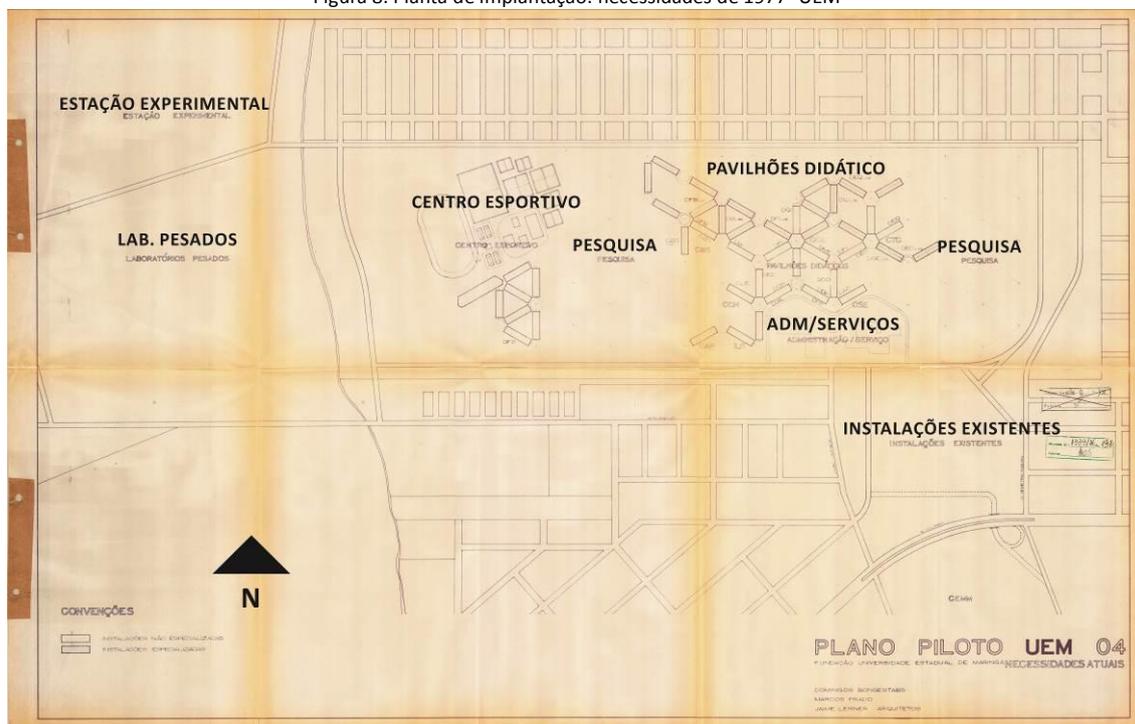
Fonte: Bongestabs, Lerner e Prado, 1977- Modificado pelos autores.

As áreas destinadas aos laboratórios pesados e estação experimental estão localizadas na porção oeste, isoladas do restante do campus, com um limite físico natural, o córrego, separando esta porção. A área de esportes também se encontra mais distante dos outros setores da universidade (Figura 8) e contava com quase um terço do terreno disponível para instalação do campus.

A proposta da equipe de arquitetos formada por Bongestabs, Lerner e Prado apresenta algumas semelhanças com as recomendações de Atcon. A universidade tem seus limites bem definidos e conta com algumas vias que funcionam como “anel protetor”, os setores esportivo e hospitalar apresentam um zoneamento bem definido. Porém, no que diz respeito às demais áreas de ensino, estas não apresentam setorização pormenorizada no Projeto Piloto, estão todas localizadas na área destinada aos pavilhões didáticos, que apresentam, tanto a leste quanto a oeste, blocos destinados à pesquisa.

A porção mais ao sul não recebeu proposta de reestruturação, sendo que abrigava as edificações provisórias. Não foi contemplada com nenhuma sugestão de alteração e mantém, em grande parte, sua configuração inicial até os dias de hoje.

Figura 8: Planta de implantação: necessidades de 1977- UEM



Fonte: Bongestabs, Lerner e Prado, 1977- Modificado pelos autores.

3 CONCLUSÃO

O processo inicial do campus sede da Universidade Estadual de Maringá foi marcado pela substituição do primeiro projeto, que teve suas obras paralisadas na etapa de fundações, por uma segunda proposta, feita pela mesma equipe de arquitetos contratados em 1970.

Apesar da manutenção da mesma equipe de profissionais, o processo até a total definição do Projeto Piloto foi acompanhado por diversas incertezas por parte da Comissão de Planejamento que orientava a criação do campus sede. Durante alguns anos surgiram vários questionamentos a respeito de quais referenciais utilizar e até mesmo sobre como proceder diante do cancelamento do primeiro contrato com os arquitetos, aspectos que podem ser considerados comuns no cenário de formação das primeiras universidades no país. Foi apenas depois de sete anos de pesquisas, análises, visitas técnicas e diversos relatórios trocados entre arquitetos e Comissão, que a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM) teve seu Projeto Piloto concluído.

Sem um modelo definido de como realizar a implantação de um campus universitário, a Comissão de Planejamento da UEM e os arquitetos responsáveis pelo Projeto Piloto buscaram referencial teórico nas mais diversas fontes. Apontamos neste trabalho a Universidade Federal de Minas Gerais, por ser citada em relatório pela Comissão, e também o trabalho do consultor Rudolph Atcon, personagem importante da Reforma Universitária brasileira. O Projeto Piloto para a UEM apresenta muitas proximidades com os referenciais citados, contudo, cabe ainda uma verificação com os agentes responsáveis pela elaboração deste projeto, para a verificação de que se esta influência se deu diretamente ou não.



Atualmente, quase 45 anos após a criação da FUEM, o Projeto Piloto não se apresenta completamente consolidado. Entretanto, as necessidades da universidade já não são as mesmas, o que faz necessário um novo projeto para o campus, acompanhado de um Plano Diretor com novas diretrizes a serem seguidas.

REFERÊNCIAS

- ATCON, Rudolph P.. Administração Integral Universitária. Rio de Janeiro: PREMESU,1974.
- ATCON, Rudolph P.. Manual sobre o planejamento integral do Campus Universitário. [S.L.]: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1970.
- MACIEL, Carlos Alberto Batista. O sistema básico da UFMG e seus precedents: infraestrutura, crescimento, superação e construção da paisagem. In: 9o Seminário Docomomo Brasil, 2011, Brasília. 9o Seminário DOCOMOMO Brasil: anais: interdisciplinaridade e experiências de documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília: UnB, 2011.
- MELO, Y. M. N. de C.. Considerações Sobre os Campi Públicos e a Verticalização como Espaço-Resposta para a Saturação e a Fragmentação do Espaço Físico do Campus Sede da Universidade Estadual de Maringá. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, 2001.
- OLIVEIRA, Osmar A.S. O Campus Sede da Universidade Estadual de Maringá-UEM: Um estudo do ambiente construído. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação área de Concentração em Fundamentos da Educação). Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.
- PINTO, Gelson de Almeida ; BUFFA, Ester . Arquitetura e educação- Câmpus universitários brasileiros. São Carlos: EdUFSCar,2009.
- REGO, Renato Leão. As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. 1.ed. Londrina: Humanidades, 2009.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Reitoria. Processo nº 1139 de 1976: Plano Piloto do Campus Universitário- Plano Diretor- Anteprojetos e projetos definitivos do Campus. Maringá, 18 de dezembro de 1976.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Reitoria. Processo nº 8923 de 2011: Plano Diretor do Campus Sede da UEM. Maringá, 10 de agosto de 2011.
- VASCONCELLOS, Lélia M. Por uma alternativa urbana para a universidade. Cadernos brasileiros de Arquitetura: Desenho Urbano II. São Paulo, v.13, p.65-74, 1984.